



Anais da Assembléia

Nº 116

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 1º DE OUTUBRO DE 1975.

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 172ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO DE 1975 (Quarta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Rosário Pitelli.

Às quatorze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antonio Facci, Dácio Leonel, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (25); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos e Wilson Fortes (29).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 24 Srs. Deputados. Não há quorum para votação.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 59/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 112/75, que aprova o Termo aditivo ao Acordo nº 01/75, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, a Superintendência da Região Sul — SUDESUL e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento — DNOS, objetivando a instalação da Secretaria Técnica do Conselho Diretor do projeto Noroeste do Paraná. Parecer favorável da CCJ. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, sessão extraordinária, dia 2, às 14,00 horas, com a Ordem do Dia de hoje, em fase de votação.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 173ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE OUTUBRO DE 1975 (Quarta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Adalberto Daros.

À Hora Regimental, é verificada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni e Jayme Rodrigues Carvalho (48); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Hélio Manfrinato, Lázaro Dumont e Wilson Fortes (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Gabriel Sampaio, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 44/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do sr. MÁRIO CARVALHO, ocorrido em União da Vitória onde exerceu as atividades de Juiz de Paz.

Requer, outrossim, seja a família enlutada cientificada do teror deste requerimento.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de pesar, à família APOLONI, pelo falecimento do Sr. JOSÉ APOLONI, no dia 29 de setembro próximo passado, conceituado comerciante de IV Centenário, no município de Goioerê.

Requer, ainda após aprovado este requerimento seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1975.

a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de seus direitos que lhes são conferidos por Lei, requer, após ouvido o plenário, seja transcrito nos Anais da Casa; voto de pesar pelo falecimento do cidadão JOSÉ JACOMITTI, funcionário da Assembléia Legislativa.

Solicita, outrossim, aprovado o presente requerimento, se dê conhecimento à família enlutada, encaminhando ofício à Rua Ariri, 70, Bairro Alto, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1975.

a) LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

JOSÉ JACOMITTI, durante o período de doze anos, exerceu atividades como funcionário deste PODER LEGISLATIVO, era dedicado ao trabalho, assíduo cumpridor de seus deveres. Deixou aqui, entre os seus colegas de serviço inúmeros amigos, que sentiram profundamente o seu passamento, conhecido dos parlamentares de gestões anteriores, JOSÉ JACOMITTI, sempre foi por eles admirado, pelo seu espírito desprendido e acima de tudo pela sua dedicação; nada mais justo, do que, nesta oportunidade, prestarmos a este irmão que chegou ao final do cumprimento do dever na face da terra, através de seus familiares, o nosso tributo de homenagem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o plenário, a inserção em ata, na sessão de hoje, de um voto congratulatório pela passagem nesta data, do 80º aniversário de fundação do jornal "Correio do Povo", da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, pertencente à Companhia Jornalística Caldas Junior.

JUSTIFICATIVA:

O referido órgão da imprensa embora não pertença ou seja editado nas fronteiras de nosso Estado, é, no entanto, um jornal muito lido pelos gaúchos que migraram para o Paraná, notadamente, para as regiões do Oeste e Sudoeste de nosso Estado. Por outro lado, trata-se de um órgão de comunicação dos mais conceituados de nosso País, que tem demonstrado, ao longo dos anos, ser o orgulho do povo gaúcho, pela seriedade com que imprime a sua conduta jornalística.

Se aprovado o requerimento em apreço, solicita o subscritor que a Assembléia Legislativa do Paraná, através de ofício comunique à Direção do "Correio do Povo", à Rua Caldas Junior, 219, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Pode, ainda, seja enviado, ainda hoje, telex, nos seguintes termos:

"Atendendo o requerimento do Deputado Werner Wanderer, esta Assembléia Legislativa do Paraná congratula-se com o "Correio do Povo", pela auspiciosa passagem de seu 80º aniversário de fundação, que hoje se comemora, festivamente, em todo o Estado do Rio Grande do Sul. E, por outro lado, envia aos seus diretores, jornalistas e demais integrantes do seu corpo funcional, os parabéns e os melhores votos de prosperidade, na sua caminhada de crescente progresso. Almeja, finalmente, que o "Correio do Povo" continue na sua linha de bem informar e orientar o nosso povo, bem como na defesa dos altos interesses de nosso País. Em nome dos gaúchos residentes no Paraná aqui vai o abraço fraternal do Deputado Werner Wanderer".

Assinado: Paulo Camargo, presidente da Assembléia Legislativa do Paraná".

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1975.

a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente, requer, seja solicitado ao Exmo. Senhor Dr. OSIRIS STENGHEL GUIMARÃES, DD. Secretário de Estado dos Transportes, a cessão de material necessário para a construção de ponte sobre o Rio São Francisco que servirá de elo para a estrada que une as cidades de Ouro Verde e Nova Concórdia. O município de Toledo coloca e põe à disposição da Secretaria toda a mão-de-obra necessária à construção da citada ponte.

JUSTIFICATIVA:

Esta ponte será de grande importância, pois esta estrada servirá de escoadouro para a produção agrícola desta região constituindo parte do que já se convencionou chamar de corredor de exportação da soja.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente, requer, seja solicitada ao Exmo. Senhor Dr. FRANCISCO BORSARI NETTO, DD. Secretário de Estado da Educação e Cultura, e igualmente seja solicitado ao Exmo. Senhor Dr. GUILHERME LACERDA BRAGA SOBRINHO, a construção de Grupo Escolar em Nova Concórdia, com quatro salas de aula e demais dependências.

JUSTIFICATIVA:

O crescimento demográfico com o decorrente aumento de crianças em idade escolar, necessitando serem matriculadas a fim de receberem a instrução básica, bem justifica o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, respeitosamente, requer, seja solicitado ao Exmo. Senhor Gal. ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, que seja construído novo prédio para Delegacia e Cadeia Pública de Toledo. Justifica-se a presente solicitação, tendo em vista que o atual prédio não oferece as condições necessárias de segurança e sua localização no centro da cidade torna-o inadequado para a finalidade a que se propõe.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1975.

a) EGON PUDELL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, após ouvido o plenário, requer, se dirija apelo aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para que observem e cumpram os termos da Portaria nº 46, de 21 de janeiro de 1971, da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que objetiva a proteção da fauna aquática dos cursos d'água alterados por barragens.

Para efeito de esclarecimento, a este se anexa cópia do referido ato normativo.

Potencialmente, os cursos d'água alterados por barragens apresentam-se com excelentes características para a implementação de projetos de piscicultura, havendo, por outro lado, a natural necessidade de, em tais correntes, adotarem-se medidas tendentes à preservação da nossa ictio-fauna, haja visto a mobilidade dos cardumes por ocasião do ciclo reprodutivo.

Com estes propósitos, a SUDEPE expediu a Portaria nº 46, de 27 de janeiro de 1971, fixando procedimentos a serem observados pelas empresas hidrelétricas em especial, e por todos aqueles que exploram os aludidos mananciais. Consoante os termos do mencionado ato normativo, estabeleceu-se a obrigatoriedade de as empresas referidas, através da implantação de postos e estações de pisciculturas, promoverem os estudos indispensáveis à produção, manutenção, ampliação ou substituição dos estoques pesqueiros das bacias hidrográficas.

Tal providência oferece expressivo suporte à causa do desenvolvimento da pesca brasileira, tendo em vista, principalmente, que o povoamento das águas represadas poderá, a curto prazo, elevar substancialmente a nossa produção pesqueira, propiciando condições, de a custo reduzido, fornecer alimento de alto teor protéico à população brasileira.

Para este objetivo seja plenamente atingido, é necessário, no entanto, que os responsáveis pela exploração de barragens estejam perfeitamente conscientizados dos benefícios que advirão para o melhor posicionamento sócio-econômico da atividade pesqueira, a partir da fiel aplicação dos postulados que deram origem à citada Portaria 46/71.

Assim, ao requerer a transcrição da Portaria nº 46/71, para os Anais desta Casa não o faz formalmente, mas apela tanto aos membros desta Augusta Assembléia, quanto aos membros dos Poderes Executivo e Judiciário que auxiliem na realização desse importante empreendimento, mediante uma vigorosa ação capaz de levar as empresas hidrelétricas que atuam no território paranaense a aderirem aos preceitos estabelecidos no supracitado documento, conduzindo-as, deste modo, a uma maior participação no processo de desenvolvimento do setor pesqueiro nacional, porquanto, também no aproveitamento das nossas águas interiores, reside a sua redenção.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1975.

a) PAULO CAMARGO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do plenário, sejam solicitadas informações ao DD. Secretário de Estado da Administração, Doutor João Elísio Ferraz de Campos:

a) se está devidamente formalizada, através da Fundepar, a doação do imóvel destinado à construção do Ginásio "Amâncio Moro" na Penha, município de Corbélia?

b) se, já formalizada a aquisição do imóvel, quais as providências que estão sendo tomadas para construção do prédio destinado àquele estabelecimento de ensino, que, com aproximadamente 200 alunos matriculados, não tem condições de funcionamento, devido a situação precaríssima do prédio e demais instalações?

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições,

e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que determine a instalação de um Departamento Médico Legal, um Departamento de Polícia Técnica e outro de Identificação, na cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Tem sido a cidade de Foz do Iguaçu, o centro das atenções de nosso País.

Todos se encontram com as vistas voltadas para aquele município, que divisa, entre outros, com o Paraguai, e com este divide uma das maiores obras de nossa época: a Usina Itaipu.

Como é natural, tem sido Foz do Iguaçu a cidade visada para aqueles que imigram de outros Estados e Cidades, com perspectivas de melhora de nível de vida, tendo em vista esta grandiosa obra, oferecer um vasto campo de trabalho, dando chances ao trabalhador demonstrar o seu valor, e em contrapartida, receber sua merecida recompensa.

Salta aos nossos olhos o crescimento e desenvolvimento daquele local, e sem dúvida, a tendência é progredir cada vez mais, e como consequência natural de toda evolução, surgem novas questões sociais, problemas próprios de uma população maior.

E, ao mesmo tempo em que uma região cresce, o governo precisa, aparelhar seus órgãos, para que acompanhem este desenvolvimento.

Desta forma, é indiscutível a necessidade urgente de que se instale um Departamento Legal, um de Polícia Técnica e outro de Identificação, pois a ausência de tais Departamentos, já tem trazido sérias dificuldades àquele município para resolver seus problemas, e, à medida que o tempo for passando, a questão se agravará ainda mais, em razão do número de pessoas que habitam Foz do Iguaçu, e que aumentam dia a dia.

Assim sendo, ilustres Pares, solicitamos o devido apoio e consequente aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer a V. Exa. se digne, após ouvido o douto plenário desta Casa, encaminhar ofício ao Exmo. Sr. Dr. ARNALDO BUZATO, DD. Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de encarecer-lhe a necessidade da instalação de Postos de Saúde no Distrito de Guaporé, município de Guaraniaçu e no distrito de Palmitópolis, município de Nova Aurora.

Sala das Sessões, 01 de outubro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA.—

Trata-se de dois distritos de grande população não só urbana, mas também rural, dedicando-se esta a trabalho agrícola super desenvolvido, onde a renda "per capita" é de nível elevado, embora o manuseio da terra seja feito em maior parte pelos métodos primários.

Tendo em vista que essa população tem se fixado nestes dois polos há pouco tempo, a demografia se intensifica de modo desarticulado, sendo o povo originário de diversas partes do país, sobretudo do Nordeste brasileiro.

Daí se percebe, desde logo, a grande carência de recursos para que esse trabalhador traga consigo as condições básicas para o seu natural e progressivo crescimento, havendo necessidade da intervenção da Saúde Pública para que haja um perfeito, harmônico e compatível desenvolvimento integrado.

REQUERIMENTO

SR. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura e Fundepar, no sentido de providências para a construção de uma cancha de esportes no Grupo Escolar "Olavo Bilac", situado no Distrito de Sarandi, município de Marialva.

JUSTIFICATIVA.—

A necessidade da construção de uma cancha de esportes no aludido Grupo, de há muito se faz necessária, em virtude de estarem sendo ministradas aulas em terreno de terra natural roxa, em condições precárias ao desenvolvimento dessa importante cultura.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 135/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Prefeitura Municipal de Paranacity, o terreno de propriedade do Estado, sob o nº 03 (três) da Quadra nº 83 (oitenta e três), da Planta Geral da cidade do mesmo nome.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1975.

aa) Basilio Zanusso, Werner Wanderer, Del Ciel, Ivo Thomazoni, Accioly Neto, Francisco Escorsin, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Fabiano Braga Côrtes, Hélio Manfrinato, Enéas Faria, Deni Schwartz, Adalberto Daros, Muggiati Filho, Aguinaldo Pereira Lima, Ezequias Losso, Nelson Buffara, Lineu Turra, Domício Scaramella, Jayme Rodrigues Carvalho, Leopoldo Jacomel, Valter Pietrângelo, Ernesto Gnoato, Fidelcino Tolentino, Lúcio Machado, Gabriel Manoel, Luiz Carlos Zuk, Osvaldo Macedo, Jurandir Messias, Luiz Alberto Oliveira.

JUSTIFICATIVA.—

A matéria constante do presente Plano de Lei, já foi objeto de deliberação nesta Casa, que aprovou. Ocorre que o Sr. Governador, vetou.

Como as razões da doação em apreço, subsistem, trago novamente a consideração da Casa à matéria, dando cumprimento ao disposto no parágrafo 3º, do artigo 30, da Constituição Estadual.

Para informação dos ilustres Pares, transcrevo a justificativa apresentada para o primeiro Projeto.

"Através da Lei Municipal nº 404, de 17 de abril de 1970, o município de Paranacity doou ao Governador do Estado do Paraná a data de terra sob o nº 3 (três) da Quadra nº 83 (oitenta e três) da Planta Geral da cidade de Paranacity para fins de construção do prédio da Agência de Rendas Estaduais.

Ocorre que, até o momento, a referida obra não foi iniciada e, ao que tudo indica, tal não ocorrerá tão cedo.

Diante disso e também por estar a Prefeitura de Paranacity necessitando do citado imóvel para uma construção pública, a reversão do mesmo se faz necessária. Ainda mais: a Prefeitura se compromete a doar ao imóvel ao Estado em local adequado para a mesma finalidade."

PROJETO DE LEI Nº 136/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o município de Douradina desmembrado do município de Maria Helena, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes: a partir da confluência do Córrego Peroba, com o Rio Indo-Ivaí, desce pelo referido rio, limitando com o município de Umuarama, até a foz do Rio Ivaí; segue por esse acima, limitando com o município de Santa Cruz do Monte Castelo e mais acima, com o município de Santa Izabel do Ivaí, Rio Ivaí acima até a foz do Rio das Antas; sobre esse, limitando com o município de Tapira; por esse limite no referido rio, até a foz do Ribeirão das Antas, com o córrego Grande, nos limites do município de Maria Helena; segue pelo córrego grande acima até confluência do córrego São Pedro, aí sobre por esse sempre limitando com o município de Maria Helena, até a estrada que liga a sede municipal, com o povoado denominado de Carbonera; por essa estrada em reta até aos limites do município de Umuarama, na estrada para Ivaté; segue por essa, enquanto divide com o município de Umuarama, e depois deixa a estrada e continua pela divisa inter-municipal, até o ponto inicial. Dentro do perímetro acima descrito, se encontram os povoados denominados Indo-Ivaí, Vila Formosa, São José, São Miguel e a sede distrital, denominada cidade Douradina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1975.

aa) Antônio Facci, Lineu Turra, Domício Scaramella, Osvaldo Macedo, Edilson Alencar, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares.

JUSTIFICATIVA.—

Com o presente plano de lei objetivamos a criação do Município de Douradina desmembrado do município de Maria Helena e com as divisas e sede do atual Distrito Judiciário do mesmo nome.

Douradina preenche todos os requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, necessários a sua elevação à categoria de município.

Pela inclusa documentação verifica-se o atendimento das exigências ali consignadas para que o processo de sua criação possa ter início, devendo a Assembléia mediante requisição aos órgãos competentes solicitar as informações que julgar devem se confirmar, a fim de determinar a realização de plebiscito para consulta à população da área territorial a ser elevada à categoria de município (art. 3º, da Lei Complementar nº 1, de 9/11/67). Após a consulta plebiscitária, onde temos a certeza, será confirmada a intenção já manifestada pelos seus moradores, deverá, nos termos do Ato Complementar nº 46, de 7 de fevereiro de 1969, ser colhida a indispensável autorização do Exmo. Sr. Presidente da República, através do Ministério da Justiça, a fim de assumir a competência para editar a Lei de criação do município.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a Hora do Expediente.

concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na vida parlamentar, a oposição é mais do que um direito: é um dever. Por isso, acreditamos que foi no estrito cumprimento daquilo que entendeu ser o seu dever que o eminente Deputado Muggiati Filho, elaborou, talvez até com sacrifício, de preciosas horas de seu tempo e, certamente com exaustivas consultas às leis e às doutrinas uma contestação ao pronunciamento feito pelo Sr. Governador Jayme Canet Junior por ocasião da inauguração da nova sede da Arena, em Maringá.

Se admiramos o cívico despreendimento com que o deputado se propôs à consulta aos livros e aos textos legais, nosso compromisso com o bom senso nos obriga a tentar corrigir aquilo que deve ser originado, ou deve ter sido originado, por um defeito de ótica, mas que resultou numa séria agressão às boas regras

da hermenêutica, que, como sabem os Srs. Deputados, é a arte de interpretar as palavras. Infelizmente, talvez pelo desejo de fazer da figura do Governador o seu alvo, não teve dúvida em afirmar que em pronunciamento rotineiro estaria uma séria ameaça para o que ele considera ser a boa ordem das coisas.

E não hesitou em acusar o Sr. Governador do Estado em exorbitar dos direitos dele. Por que? Simplesmente porque o Sr. Governador do Estado afirmou em seu pronunciamento que o processo político não se extingue no tempo, nem em seus objetivos. E porque disse S. Exa. que estamos em permanente campanha eleitoral. Ora, Srs. Deputados, basta olhar o noticiário dos jornais de algumas semanas atrás para verificar que estamos em permanente campanha eleitoral. Pois a verdade é que todos os jornais do Paraná, em suas secções políticas, dedicaram largo espaço à campanha eleitoral que se tratava dentro do próprio MDB com a participação ativa - e acreditamos vitoriosa do nobre Deputado Muggiati Filho.

Em busca de uma vitória dentro de sua agremiação, o nobre Deputado certamente há de ter feito contatos, trocado compromissos, assumido encargos, com o objetivo exclusivo, e até de certa forma pequeno, em conseguir a vitória numa convenção partidária.

Nos últimos dias, temos notícias de novas preocupações políticas que tomam o tempo dos homens do MDB e certamente não de sensibilizar o eminente líder, que por todas as formas tem afirmado e demonstrado ser um lutador de seu partido, preocupado em fortalecer a agremiação antes que em fortalecer-se, incapaz de negociar um voto em troca de posição, avesso ao brilho pessoal que possa empanar a glória da legenda. E, no entanto, em que pesem todos esses fatos, o nobre Deputado, está ele próprio em campanha política, a confirmar o que afirmou em Maringá o Sr. Governador do Estado. O nobre Deputado dispendeu, talvez horas de seu valioso tempo a tentar provar que um Governador de Estado não pode afirmar que estamos em campanha eleitoral permanente. Na verdade Srs. Deputados, todos nós, arenistas e emedebistas, estamos em campanha eleitoral permanente.

Vê-se portanto, que o problema colocado não é de hermenêutica, é mais de exegese. O bom exegeta medita sobre o que está escrito e tenta interpretar o texto, primeiro literalmente, depois, se for o caso, em sentido figurado. Literalmente à frase estamos em campanha eleitoral, "significa que estamos em campanha eleitoral permanente. Se a frase fosse "estávamos em campanha eleitoral permanente" aí a interpretação poderia ser outra. Talvez nessa hipótese devêssemos, concluir que o processo eleitoral estivesse ameaçado em seu todo ou que os políticos do Paraná, em razão de alguma epidemia, deveriam ser colocados de quarentena no processo eleitoral. Mas não: não foi usado o pretérito, e sim o indicativo presente. Uma boa notícia para todos os que, como nós, advogam um caminho reto e amplo para o retorno a plena democracia, através da prática eleitoral. A notícia é ruim para aqueles que procuram buscar em cada objetivo, digo adjetivo, em cada reticência, o sinal do advento das tempestades. Mas o eminente Deputado que não é um desses, podemos afirmar, não ficou contente com a notícia. Em homenagem à sua inteligência devemos considerar essa insatisfação temporária. Tão temporária como as quarentenas e as doenças contagiosas, tipo sarampo.

O erro de hermenêutica, a falha do exegeta ficam a cargo da campanha eleitoral permanente que vivemos. Pois tudo indica que foi devido a ela que o eminente Deputado que precisa ajudar com as luzes de sua liderança tantos companheiros candidatos a prefeito e vereador, que acabou deixando se levar pela tentação de criticar o eminente Governador do Estado, que resultou em nosso entendimento inoportuno e infeliz. Enquanto estivermos em permanente campanha eleitoral, enquanto persistir o atual encaminhamento do processo político, teremos a garantia

de que as nossas mais sinceras aspirações estão em vésperas de conquista.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Antes de conceder a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, a Mesa tem a grata satisfação de registrar a presença do Sr. Ferrarini, digno Presidente da Coordenação Moral e Cívica do Paraná. Tem a palavra o nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cascavel e a minha região Oeste do Paraná, têm sido alvo de muitos atrapalhos no seu incontrolável desenvolvimento e progresso. Entretanto, obra de alguns políticos menos escrupulosos muitas vezes detentores do poder, outras vezes detentores de pretensão de poder, possuidores de cargos permanentes na vida partidária local, vêm tentando, na imprensa, quem sabe até para buscar a facilidade de acesso a eleitores. A propalação de notícias relativas à construção do aeroporto de Cascavel, que há muitos anos aquela cidade reivindica para si, somente, mas para toda a micro região, inclusive Toledo, tem sido a mais contraditória.

Antes do veículo auto-motor, praticamente chegou a Cascavel, em 1944, em um pequeno aeroporto transformado, modificado, alterado, que vem resistindo a todos os governos e ainda hoje se encontra crivado, diria, no centro da cidade, atrapalhando inclusive o desenvolvimento da cidade, o desenvolvimento de toda a região. Esse mesmo aeroporto que foi objeto de interpegação nossa ao Sr. Secretário dos Transportes do Paraná aqui, em sua visita, não muito distante, que nos alertou que esse aeroporto, o grande aeroporto regional, haveria de ser construído mas num futuro indizível. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, naquela oportunidade em que nós indagamos de S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes, quando é que poderíamos ver instalado o aeroporto de Cascavel, ou modificado aquele que só servia para aviões de pequeno porte, verificamos as notícias as mais controvertidas na imprensa local, em que se observa um confronto entre o Prefeito e a Direção da Arena. Desde logo se infere que há alguma coisa submissa nas notícias e no posicionamento do Prefeito. Não sei com quem está a razão. Com o Prefeito que foi eleito pelo nosso Partido e que deixando a agremiação se atrelou a um carro que modificava o aspecto do outro Partido na nossa cidade. Agora propalam que o aeroporto de Cascavel será construído com verba da Prodopar, contrário à informação dada pelo Secretário dos Transportes, e por outro lado modifica a idéia que o Presidente da Arena faz. Faço uma indagação, quem é que está com a razão, quando é que virá este aeroporto, se através da outra campanha política, ou se o justo e merecido posicionamento da população local e regional.

Se o Prefeito, se o Secretário, se o Governador ou se o Presidente da ARENA está com a razão. Perguntaria e deixaria aqui

O SR. PRESIDENTE — A mesa comunica ao nobre orador, que está esgotado o seu tempo, no entanto, concede sessenta segundos para que possa concluir sua oração.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado, Sr. Presidente.

Acredito que em sessenta segundos se possa traduzir e deixar claro que a posição do nosso partido, é uma posição voltada para o bem comum e um princípio da nossa agremiação, não criar trabalhos para o desenvolvimento, não criar cisões na população local e regional. Melhor seria que ao invés de se preparar em permanente campanha eleitoral, se fizesse desde logo a construção para que o Oeste do Paraná seja reconhecido como uma região denominada pelo próprio Governo como o terceiro Polo Geoeconômico.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tantos têm sido os erros administrativos do meu Paraná, que me levaram à certeza, de que aqui permanecendo quatro anos, se quiser, usarei da tribuna no Pequeno, no Grande Expediente e nas Explicações Pessoais, para criticar com razões fundamentais, os erros administrativos que se têm cometido no meu Estado. No plano rodoviário, tantos são os erros que verificamos na própria planificação, vemos claramente que a prioridade foi dada às vezes para satisfazer os interesses políticos, deixando os interesses comunitários completamente à margem deste plano.

E isso aconteceu na minha região, no Norte abandonado do Paraná, no Norte pioneiro, o Governo do Estado, na gestão anterior, determinou que se colocasse no plano prioritário, na construção do trecho de estrada que demanda simplesmente Jacarezinho à Cambará, alheando à necessidade da construção de uma rodovia que servindo à mesma posição, o mesmo posicionamento, iria atender a três municípios e diga-se alto e bom senso, são municípios dos mais destacados na produção econômica deste estado no que diz respeito à agricultura.

Há sete anos passados o Governo do vizinho Estado de São Paulo trouxe uma rodovia asfaltada até as barrancas do Rio Palmital.

Se o Governo do Estado do Paraná tivesse feito um convênio naquela oportunidade, solicitado pelo Estado de São Paulo, para a construção da ponte sobre o Rio Paranapanema, e tivesse feito a interligação rodoviária daquela localidade à BR 165 do município de Santo Antonio da Platina, haveria resolvido o problema rodoviário em três municípios dentre os mais produtivos daquela Região.

Mas, assim não foi feito. E o Governo do Estado de São Paulo sentindo o drama rodoviário, um dos programas mais importantes na estrutura administrativa de um governo, pois é através das estradas que se carreiam as riquezas econômicas das diversas regiões, sentindo isso, apresento, nesta oportunidade, uma sugestão ao Exmo. Sr. Governador do Estado, por sentir que este Governo mais do que os que por aqui passaram, está entusiasmado em resolver o problema rodoviário. Faço acompanhar esse projeto de um croquis da região por onde essa estrada deverá passar.

O projeto está vasado dos seguintes termos: (Lê).

"Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por Lei, requer, após ouvido o plenário encaminhe-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado sugestão no sentido de ser determinado a inclusão em caráter prioritário do Estado o alargamento da estrada que liga Santo Antonio da Platina ou seja a BR 165 com a divisa do vizinho Estado de São Paulo, na cidade de Palmital naquele Estado, passando o referido alargamento pelo mesmo traçado já existente partindo de Palmital, barrancas do Rio Paranapanema vindo até o patrimônio de Nossa Senhora Aparecida no município de Andirá, continuando até a sede do referido município daí seguindo até a cidade e município de Barra do Jacaré para ligar com a BR 165 do município de Santo Antonio da Platina; no plano sugere-se o estabelecimento de convênio entre os governos do estado do Paraná e o Estado de São Paulo para construção da ponte sobre o Rio Paranapanema no lugar denominado "Balsa Leopoldino".

JUSTIFICATIVA.—

O trecho de estrada a que abordamos em forma de sugestão ao Exmo. Sr. Governador do Estado compreendendo uma distância de mais ou menos 60 kms. de um polo ao outro, talvez seja a via de maior importância para a economia de uma das regiões agrícolas das mais destacadas do nosso Estado; os municípios de Santo Antonio da Platina, principalmente por onde passa a referida estrada uma extensão de aproximadamente 15 mil alqueires já se destacou em diversas oportunidades como o maior produtor de milho e feijão, dado as suas terras de primei-

ríssimas qualidades, os outros dois municípios por onde passa a referida estrada, ou seja, Barra do Jacaré e Andirá é hoje, os maiores produtores de trigo, soja, milho, feijão, rami e algodão.

O Governo do Estado de São Paulo a mais de 7 anos levou até as barrancas do Rio Paranapanema rodovia totalmente asfaltada exatamente no ponto em que pretendemos a ligação do município de Santo Antonio da Platina; logo a aprovação desta sugestão e o devido acatamento pelo Exmo. Sr. Governador do Estado implantará a resolução do problema que envolve três municípios dos mais importantes economicamente e naturalmente pesa na balança deste Estado de forma benéfica e promissora.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu apelo às duas bancadas, ARENA E MDB, no sentido de que se deem apoio unânime a este Requerimento de encaminhamento de sugestão ao Chefe do Executivo do Estado. Faço anexar Mapa da área facilitando assim ao Departamentno competente a inclusão no plano prioritário das Obras de Rodovia.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1975.

a) LÚCIO MACHADO".

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, quarto orador inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, 01 de outubro de 1975, comemora-se o centenário de nascimento do Alferes Ângelo Sampaio, morto em Canudos, por uma coincidência do destino, no mesmo dia 01 de outubro há 87 anos.

Por uma iniciativa da Coordenação de Educação Moral e Cívica deste Estado, foi publicada neste mês uma biografia da vida deste paranaense, que tomamos a liberdade de ler, para que seja incluída nos Anais da Casa.

(Lendo): "Filho de Lúcio Mendes de Almeida Sampaio e Dona Maria Tereza, Ângelo nasceu em Palmeira, província do Paraná, no dia 01 de outubro de 1875.

Desde menino, constituía admiração aos oficiais de Passo Bormann, em Palmas, onde teve sua infância. O mesmo ocorreu durante sua adolescência, em Guarapuava. Era vivo, dócil e compreensivo, alevre e ao mesmo tempo incapaz de levandades. Fez-se amigo dos oficiais de tal forma, que estes induziram-no a sentar praça e requerer matrícula na Escola Militar de Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Havia apenas iniciado os estudos, quando em dezembro de 1893, rebentou a Revolta da Esquadra. Levado pelo seu ardor republicano e exaltação cívica, apresentou-se ao comando para o serviço da guerra.

Foi comicionado para o serviço na praia de Santa Luzia, no arsenal, e em duas fortalezas que formavam o colar protetor contra os ataques feudistas, onde mostrou invulgar bravura.

Terminada a revolta, agora na Presidência da República Prudente de Moraes, Ângelo Sampaio comunga com os floriantistas. Visitou o Marechal às vésperas da morte, velou-lhe o corpo no Itamarati, acompanhou-lhe o enterro. Esteve a todas as comemorações fúnebres no cemitério de São João Batista e viu-se desligado da Escola Militar pelas suas destemidas atitudes.

Depois da anistia, adiando no curso como estava, não tardou em formar-se. Recebeu o seu galão de Alferes e, como bom aluno que era, teve o direito a escolher a guarnição onde servisse.

Classificado em Curitiba, veio para o 39º Batalhão de Infantaria, cujo quartel era na praça Eufrásio Correia. Em Curitiba, Ângelo Sampaio teve logo, entre os rapazes de sua idade, muitos admiradores, como João Gualberto, Carmelo Rangel, Euclides Bandeira, Pitelli e outros. Nesse grupo se falava sobre assuntos novos, com preocupações cívicas.

Em julho de 1897, por motivo de doença na família, estava licenciado.

Em viagem a Palmas, a fim de visitar seus progenitores, em União da Vitória foi notificado que seu batalhão recebera ordens para partir.

Ângelo Sampaio decidiu voltar imediatamente e cumprir seu dever. Sua esposa Dona Madalena e seus amigos tentaram detê-lo mas foi em vão, ao que asseverou:

"Não quero que me chamem de covarde. Hei de olhar aos meus camaradas de cabeça erguida.

Voltou a Curitiba e, a 3 de agosto de 1897, seguiu com o 39º Batalhão de Infantaria para Canudos, na Bahia.

Era a última fase da campanha. Talvez, por isso mesmo, fosse a pior e a mais cheia de sacrifícios.

As três primeiras expedições foram completamente derrotadas pelos jagunços: só a quarta, composta de seis brigadas, conseguiu, depois de sangrenta luta, arrasar o arraial de Canudos em 05 de outubro de 1897.

Assim que o 39º Batalhão de Infantaria chegou ao acampamento às margens do Rio Vaza Barris, Ângelo Sampaio foi acometido de febre baixando hospital. Esteve em coma algumas semanas. Levantou-se para comemorar seu aniversário.

Neste dia, tomou conhecimento da ordem de ataque geral para o dia 02 de outubro

Recobrou as forças, ficou satisfeito porque ia prestar seus préstimos à República. Mais encorajado ainda, recuperou-se fisicamente, quando recebeu notícias da família que tudo corria bem e que sua esposa, Dona Madalena, lhe prometeu-lhe descendência.

Na véspera do ataque geral, Ângelo Sampaio estava comemorando seu último aniversário, seus risonhos e esperançosos vinte e dois anos.

No assalto geral, ao galgar as trincheiras centrais, do reduto, recebeu um tiro na este e caiu fulminado.

Sua filha Maria Tereza só por fotografias conheceria seu bravo e heróico pai.

Em Canudos, fizeram-lhe as honras fúnebres os seus conterrâneos à frente dos quais o Tenente Clementino Paraná, Alferes Henrique César Plaisant, Sargento Petrelli e o Alferes Carmelo Rangel.

A luta terminara.

Eduardo Augusto da Silva, comandante do 39º Batalhão de Infantaria ao fazer sua PARTE ao Comandante da 6ª Brigada declarava:

"Devo declarar que a bravura de nossos oficiais e soldados correu paralelamente à traição dos inimigos da República, invisíveis aos nossos soldados que a peito descoberto e sem conhecerem as posições atacadas fizeram o possível caminhando no cumprimento honroso de um dever sublime: "DERRAMAR SEU SANGUE PELA REPÚBLICA E PELA LEI".

"Infelizmente temos que lamentar a perda sensível dos que tombaram no campo de honra, cujos nomes são os seguintes:

ALFERES: ÂNGELO MENDES DE ALMEIDA SAMPAIO e VICTOR BLANDAIN GOMES DA SILVA.

SARGENTO QUARTEL MESTRE: JOSÉ LISANDRO DE E. SANTO.

1ºs SARGENTOS: FELIPE FÉLIX ROMANO e VICENTE RODRIGUES DA SILVA.

2º SARGENTO: ANTONIO FERREIRA DA COSTA JÚNIOR e mais 53 PRAÇAS".

No dia 5 de novembro de 1897, Prudente de Moraes recebia pessoalmente no porto do Rio de Janeiro, as Forças Legais Vitoriosas.

Não faltaram manifestações de júbilo e gratidão do povo aos heróis de Canudos, conforme trecho desta publicação, que apareceu no dia 12 de novembro de 1897 de autoria do poeta Múcio Teixeira:

"NO CUMPRIMENTO DO DEVER É NOBRE
JOGAR A VIDA EM LANCES DE HEROÍSMO:

ALTAS LIÇÕES DE IMPÁVIDO CIVISMO
DÃO AOS HERÓIS DE TODAS AS NAÇÕES;
MAS – MORRER NA DEFESA DE UM AMIGO,
QUANDO ESSE AMIGO SIMBOLIZA UM POVO.
EIS UM EXEMPLO SINGULAR E NOVO,
EIS A MAIOR DE TODAS AS LIÇÕES."

O SR. FIDELCINO TOLENTINO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Pelo que conhecemos de sua descendência, nos parece que há um grau de parentesco, uma vez que vem do mesmo tronco, tenha herdado de Ângelo Sampaio, o espírito voluntário e o espírito de bravura.

Esse augusto moço de vinte e dois anos, recentemente casado, empenhou-se na defesa da república, deixando a esposa que estaria prestes a gerar o primeiro filho. Apesar disso vai para Canudos e quando recebe a notícia de que poderia receber a honra de ser pai, se empenhou ainda mais na luta pela defesa dessa República.

Realmente, Deputado Luiz Gabriel Sampaio, esse exemplo que Ângelo Sampaio legou não só aos seus descendentes, mas a todos os paranaenses e brasileiros, como o brilho e o heroísmo, há de ser possível consagrar, sobretudo, nas regiões mais antigas de nosso Estado, como Palmeira e Palmas, onde esse Alferes nasceu e se criou.

Seria oportuno que o Paraná e sobretudo Palmeira, tomasse como exemplo o heroísmo deste homem, e levasse para suas plagas os seus restos mortais.

Parabenizo-me com V. Exa., satisfeito de ver que a 100 anos depois ainda transmite, o Alferes Ângelo Sampaio, aos descendentes o mesmo espírito de independência, de bravura e de coragem.

O SR. GABRIEL SAMPAIO – Agradeço ao nobre Deputado e aos demais Srs. Deputados. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI – Sr. Presidente, Srs. Deputados
Há poucos instantes assistimos o eminente Deputado Gabriel Sampaio levantar sua voz, numa justa homenagem a um bravo paranaense, pelos seus feitos, conseguiu se incorporar à História deste Estado, que, hoje é venerado e é mesmo tido como um dos nomes que impossível é até, esquecer, aqui no Paraná.

Srs. Deputados, pretendo abordar desta tribuna um assunto não relacionado a pessoas, a heróis mas, um assunto relacionado a problema de honrarias.

(Lendo): "Esta Casa de Leis tem recebido projetos de títulos de cidadania honorária. Por pertencer à Comissão de Constituição e Justiça, que apreciou alguns desses projetos e não sendo relator delas, seria oportuno solicitar vistas destes processos, para analisá-los detalhadamente, e cheguei à conclusão de que, no meu entendimento, não é possível conceder tais títulos.

Para que a Casa tome conhecimento da posição deste Deputado, apresento ao plenário o meu voto e as justificações que me levaram a votar contra tais projetos de lei. Devemos respeitar as iniciativas, com pressuposto natural da independência e da liberdade de ação dos membros desta augusta Casa. Podemos em princípio até, afirmar que todas as iniciativas são válidas, pois visam elas, via de regra, exteriorizar como processo legislativo, uma situação enfática, reconhecida pelo Deputado que propõe o projeto, o que quer transformar numa situação jurídica pelo consenso de todos os membros desta Casa, a fase da castração em que se encobria o Legislativo, usurpado pelo Executivo, que açambarcou a iniciativa das leis, tem limitado a atividade das Assembléias Legislativas estaduais a organismos meramente decorativos, destinados na prática a reconhecerem entidades de utilidade pública, quando não, de darem títulos de cidadania honorária.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, enfatizo a liberdade e a iniciativa que cada colega tem, de propor a apreciação desta Assembléia, as matérias que entenderem válidas e até estes projetos de cidadania honorária, mas, pelo mesmo direito que reconheço aos outros, reservo-me a faculdade de reconhecer aberta esta tática; busca-se com tais projetos, o reconhecimento de situações subjetivas do autor do projeto, quando não impellido no sentimento de ser agradável ou benevolente.

Votar favoravelmente a todas estas iniciativas que fazem número nesta Casa, pressupõe-se a unanimidade da indiferença e até de comodismo, quando não do temor de ser deselegante por contrariar uma honraria que se pretende tenha o conhecimento público.

Coloco-me contrário à maneira como estão sendo conduzidos e como até agora foram conferidos tais títulos.

Raríssimas são as concessões válidas e que realmente mereciam a titulação de cidadãos de elite, para serem honrados pela Casa do Povo. Se tivermos o cuidado de examinar todos os que receberem estas honrarias, veremos que entre os agraciados de alguns anos atrás, hoje muitos chegam até a serem personas non gratas no Paraná, evidenciando assim, que aquelas leis buscaram fins imediatos e não duradouros.

Não que não existam pessoas dignas de merecerem tais honrarias, mas é que tal prática tão abusivamente utilizada para fins bajulatórios politiqueros e até de subserviência, geraram uma fragilidade e até descrédito perante a opinião pública, que hoje, por maiores méritos que o homenageado detenha, a homenagem não se reveste de envergadura que deveria e nem mesmo alcança os objetivos visados.

Tramitam na Casa vários projetos desta natureza.

Faço uma análise impessoal destes Projetos e me disponho a antecipar meus votos contrários, porque tenho entendimento diverso do modo com que vem sendo utilizada esta verdadeira instituição concebida para apontar exemplos marcantes de personalidades”.

O SR. NELSON BUFFARA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Nilso Sguarezi e minha bancada, evidentemente eu gostaria de comungar com o pensamento dos meus colegas e, principalmente, com meu companheiro de bancada. Eu sou deputado pela terceira legislatura, Deputado Nilso, e apenas apresentei um Projeto concedendo esta honraria de cidadania honorária que se encontra, por razões desconhecidas, engavetado mas eu sou de opinião, data vênio o pensamento de V. Exa., Deputado Nilso, quando se pretende prestar uma homenagem justa, merecida, bem posta, bem situada, e alguém nobre Deputado, não temos outra alternativa a não ser senão através de um projeto, ou ante-projeto de lei que concede uma cidadania a quem não teve o privilégio de nascer aqui no Paraná, então eu indago a V. Exa., e perguntaria qual seria a maneira mais prática, objetiva racional de nós homenagearmos alguém que entendemos merecer desta Casa, uma honraria senão a de, identificarmos como cidadão honorário como V. Exa. faria, homenageado e conceituado, na minha opinião, se houve o caso de alguém que foi homenageado com esta honraria, foi posteriormente considerado “persona non grata”. São episódios que acontecem na vida de alguém, o sujeito hoje presta, amanhã deixa de prestar por razões que não nos compete discutir aqui, mas eu não quero empanar o brilho do seu discurso, como propósito de querer alertá-lo coadjuvar com V. Exa.

Acho que o seu voto peremptório, o seu voto frontalmente contrário a toda iniciativa apresentada nesta Casa, V. Exa., estará prejudgando, e o que eu entendo é que V. Exa. é sistematicamente contra o projeto desta natureza. Acho que temos que ser mais equilibrados, mais sensatos, dando esta cidadania, àqueles que realmente merecem, não nos mostramos contrários frontalmente, nesta Casa, a toda iniciativa apresentada aqui com esta intenção. Eu sou suspeito, prestando este depoimento, mas colaborando com V. Exa., eu sou insuspeito porque, em 12 anos de legislatura, apresentei dois projetos.

Acho que consistiria, isso sim, em racionalizar esta nossa posição, botando mais consistência neste projeto, extirpando as dúvidas que se fizerem necessárias.

Era o aparte.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado pelo aparte, nobre Deputado. Gostaria de frisar que os nossos projetos em andamento, ou em tramitação pela Casa, principalmente os que estão na CCJ que me escusei a esses, o meu voto é contrário.

E ao final, traçarei as normas de como entendo válidas a concessão de títulos de cidadania honorária.

Absolutamente, não sou sistematicamente contrário, mesmo porque entendo que exista situações em que os títulos deve ser concedido.

A minha análise é da maneira como vem sendo conduzido. Concedido a um cidadão que está exercendo uma função pública, é preciso saber se ele está cumprindo o seu dever. Entendo de que título de Cidadão Honorário deve ser concedido a alguém que tenha construído uma obra imperecível no tempo, e que esta obra então tenha que ter um cunho de verdade, hoje, amanhã e sempre para que um homenageado de hoje, não seja ultrajado amanhã.

Porque se detêm um poder, o poder é fugaz, é inconstante. Então, nobre Deputado Nelson Buffara, não sou sistematicamente contrário, apenas procuro dizer e demonstrar à Casa, de que título de Cidadão Honorário, não é uma honraria que deve ser distribuída simplesmente por favor ou por benevolência para se tornar agradável.

Contra esta prática que vem sendo abusada, é que nós devemos nos insurgir como diz o Deputado Nelson Buffara, é contra esta prática, porque tem um projeto que tramita nesta Casa, e está o próprio homenageado usando da primeira pessoa para fazer a sua auto-biografia. Está nos Anais desta Casa. É quanto a isso que eu não posso conceber como válido. Tem o aparte o deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Quero parabenizar-me com V. Exa. nobre Deputado, por esse pronunciamento e vou até além. Sou sistematicamente contrário à concessão de títulos de cidadania honorária; pelos motivos já expostos por V. Exa. depois do meu pedido de aparte, quando alguém presta algum serviço ao meu município, ao meu Estado, ao seu País, seja qual for ele, ele está simplesmente cumprindo a sua obrigação. E não se dá prêmio a ninguém por ser honesto, se emprega a justiça a alguém por ser desonesto. É uma obrigação do homem público e do homem da vida privada, cumprir a sua obrigação de cidadão.

Não h'á motivo de parabéns para alguém que, simplesmente, cumpriu com sua obrigação. Mas, acontece, nobre Deputado, embora este pensamento de concessão de título a alguém que cumpriu com a tarefa seja errônea, a maioria dos títulos concedidos são, realmente, de vínculos bajulativos.

Lembro-me de quando era Vereador, em Goioerê, o Prefeito chamou-me e disse: “precisamos conceder um título de Cidadão Honorário ao Secretário da Saúde, Arnaldo Busato, porque precisamos de um ambulatório dentário.

Então, a concessão de títulos de cidadania honorária a alguém, é, geralmente, em troca de algum serviço que esse que

vai ser homenageado — geralmente homens públicos — tinha obrigação de dar ao povo.

Parabenizo-me com V. Exa. por esse pronunciamento, e reitero, mais uma vez, que este Deputado que usa deste aparte é puro, simples e sistematicamente, contra esse tipo de bajulação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado.

Mas, continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados. “Deveriam os homenageados estarem aureolados na intangibilidade edificante das vidas humanas destinadas à ciência, à cultura ou ao aprimoramento das instituições, porque construíram obras impercíveis no tempo e no espaço. Todavia, não consigo encontrar razões suficientes àqueles, que de qualquer forma, simplesmente ajudaram materialmente ao Paraná, crescer, quer como homens públicos no cumprimento de um dever que a própria lei exige, quer no trabalho denodado que tem sido a marca característica do povo deste Estado. E, por isso mesmo, até vejo uma injustiça se distinguir alguém simplesmente porque realizou alguma coisa de notável nesta comunidade, se esquecendo dos milhares de paranaenses e brasileiros, que nem por isso mesmo deixam, cotidianamente de estereotipar os exemplos edificantes de paranismo e brasilidade. O Paraná, por excelência, é a síntese da nação brasileira”.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, desculpe a interrupção, mas gostaria de dar minha contribuição ao discurso de V. Exa., aproveitando, inclusive, para dizer que apoiamos essa iniciativa. E que talvez fosse o caso de se conceder título de Cidadão Honorário a todos os cafeicultores que continuam produzindo café, apesar do IBC. E é um número imenso de cafeicultores que, apesar das dificuldades, do próprio impedimento do órgão destinado a coordenar a política cafeeira, continuam teimando, carreando o progresso para este Estado, para este País, através de suas plantações.

Gostaria, Sr. Deputado, além de dar meu apoio pessoal, também dar uma sugestão a V. Exa., no sentido de que para projetos dessa natureza, fosse criada uma comissão especial, uma para cada caso, para, num parecer breve, fazer uma análise do que realmente se considera como relevantes serviços prestados a este Estado.

E, se não me engano, existe na Assembléia alguma coisa parecida, que dá os pré-requisitos necessários e pressupostos para que se possa apresentar projetos desta natureza. Mas acho que só isso não é necessário para que nós desvinculásemos o problema pessoal. Porque muitas vezes homens que na minha ou na sua opinião tenham prestado serviços, já não ocorre o mesmo na opinião de outro companheiro. Ou talvez iria se tornar desagradável a um Deputado votar contrariamente à matéria. Por isso, uma comissão daria um parecer prévio, para dar realmente esse título a quem o merecesse no tempo e no espaço, para que não acontecesse que o homem hoje homenageado seja amanhã escorçado deste Estado.

Mas sugeria, atendendo a solicitação do Deputado Nelson Buffara, que se criasse nesta Assembléia, através de um projeto através de um estudo prévio, outro tipo de honraria, outro tipo de homenagem. Se podia dar anualmente, às pessoas que se destacassem em algum sentido ou em alguma forma de trabalho, uma medalha ou outro tipo de honraria. Mas não se concedesse títulos e não é esse defeito só nosso, mas das Câmaras municipais de modo geral, como falou o Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, que se dava um título para se conseguir alguma coisa, não para aplaudir serviços, mas para conseguir um futuro serviço àquela comunidade. Que fizéssemos através dessa nova legislação que ainda não cometeu esse pequeno erro, um novo tipo, dando ao título honorário seu real lugar, para aqueles que aqui não tiveram o privilégio de nascer. Entendemos que existem pessoas que têm obrigação de fazer mas não fazem e seria, então, importante premiar aqueles que, apesar de não ser uma obriga-

ção, o fazem com amor, com sacrifício, com coragem e com grande espírito paranista.

Esta a contribuição que dou a V. Exa., cumprimentando-o por essa importante e feliz iniciativa em trazer a esta Casa um assunto dessa importância que poderá corrigir, no futuro, erros que poderíamos cometer.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço a V. Exa. e quero esclarecer que a CCJ já efetivamente tomou uma medida no sentido de purificar, ou melhorar a instituição exigindo que sobre o projeto se manifeste também o Presidente do Tribunal de Justiça. Mas, evidentemente, a sugestão de V. Exa. é válida.

Continuando, e indo ao encontro das palavras do Deputado Gabriel Sampaio, dizia eu “que ponderável parcela dos que aqui vivem, não nasceram neste território, mas indistintamente a todos se há de reconhecer nobreza e dignidade, quer no cumprimento de seus deveres, quer no trabalho diuturno e construtivo de nossas riquezas, desbravando as matas e transformando o Estado em verdadeiro celeiro da Nação Brasileira. Ora, distinguir apenas alguns, evidentemente é ser injusto com os demais, que são a esmagadora maioria, mormente os mais humildes e portanto os de maiores méritos. Repito, numa comunidade como a nossa, onde o trabalho e a dedicação às iniciativas pioneiras são lugar comum a todos os paranaenses, destacar alguém simplesmente por isso, não constitui e nem cumpre-se o alto objetivo da instituição.

Urge, Srs. Deputados, que a pessoa agraciada, como muitas o foram, tenham contribuído com valores científicos e culturais, que irradiados à vida paranaense, nos ajudem a atingir um novo estágio social e não simplesmente fazermos coro, aos que querem ser agradáveis a alguém, que nada mais fez que cumprir com seus deveres ou utilizando-se dos meios econômicos desenvolveu obra material de vulto.

Respeito as pessoas apontadas para receberem títulos por esta Casa, mas ousou discordar daqueles que não representem e não preencham as condições que apontei, pois tenho para mim por questão de entendimento ético, que todos devemos trilhar o caminho do bem, como condição sine qua non de vermos uma raça pujante e forte, onde as honrarias não sejam fugazes e passageiras, mas valores permanentes e duradouras porque merecem o respeito e a consideração não apenas dos que se propõem a homenagear, mas principalmente dos nossos posteriores.

Assim, para não causar estranheza, aos meus pares de Comissão, tomo a liberdade de comunicar deste plenário aos demais membros desta Casa, a posição a ser adotada por este Deputado, em só votar favoravelmente a título de honraria, se os homenageados tenham deixado contribuição científica ou cultural. E o farei na intenção de estar valorizando, não apenas pelo rigorismo na concessão, como nos rígidos critérios que devem orientar tais projetos. Quantos homens públicos não foram aquinhoados com a cidadania paranaense, valendo dizer, que contrairam obrigações em defender esta unidade da federação pela outorga do “status” concedido. No entanto, muitos deles que gravitam no poder, no instante em que o Paraná é esquecido, no momento em que nosso Estado é relegado, na hora em que o Paraná necessita do brado e da voz dos seus filhos, viu-se algum deles erguer sua voz? Viu-se algum deles defender os interesses desta terra que os homenageou com destaque, colocando-os na galeria dos exemplos dignos de serem seguidos?

Finalizando, Sr. Presidente, apelo aos distintos Deputados desta Legislação, que marquemos para o futuro uma recuperação em sentido amplo das homenagens que como representantes do povo podemos prestar as nossas personalidades de destaque, e não simplesmente sejamos aqueles a quem o povo, com sua sapiência e filosofia aponta de outorgantes de títulos de cidadania paranaense, por motivos outros que não os verdadeiros valores de uma sociedade”.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, segundo orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna neste Grande Expediente para lamentar um episódio que vem se desenrolando no cenário nacional e tem repercutido em todas as hostes partidárias, seja no partido do Governo, seja na Oposição.

Trata-se do radicalismo inveterado do Senador Dinarte Marins, homens do Rio Grande do Norte, que se coloca em posição antagônica, esdrúxula e contrária ao andamento da vida nacional.

Recentemente a Arena acabou de aprovar o programa de cunho eminentemente liberal, definindo o princípio das eleições diretas, naturalmente ensinando e traduzindo a opinião pública nacional, dos homens mais responsáveis pela legitimação do poder.

Evidentemente que logo se assomou, às suas articulações, o pronunciamento do Presidente da Casa Legislativa Nacional, da Câmara dos Deputados, o eminente professor carioca Célio Borges, esposando o seu pensamento doutrinário, distanciando-se do próprio programa do Partido; recebeu também o coro do seu maior presidente arenista, Petrônio Portela, fazendo loas a que se instale no País, uma modificação constitucional, conferindo a possibilidade jurídica estranha ao dogma da democracia, pelo menos a tradicional, de que, as eleições para governos dos Estados sejam feitas indiretamente.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se se procura o aperfeiçoamento do regime, se se procura e se fala em encontrar-se soluções adequadas para os tempos, se estranha que estas contradições comecem a se propalar dentro da própria área do governo. E é lamentável que depois de todos os tempos que a democracia tem se evoluído nos países mais liberais, queira se propagar aqui no Brasil, o sistema de se levar ao poder, pelo voto indireto.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria de me incorporar ao que V. Exa. diz, e, falando sobre a ave de mau agouro — que é um dos apelidos do mau brasileiro chamado Dinarte Marins — eu gostaria também de citar o Deputado Ivo Thomazoni, quando diz que o Senador Dinarte Marins é homem superado no tempo e no espaço.

Eu, em meu nome pessoal e tenho a impressão que em nome da ARENA, discordo profundamente deste Senador, que tem sido uma mancha negra na história política desta Nação, ainda mais que o nosso Partido, em seu programa aprovado em Brasília, no início da primavera de 75, diz que somos por eleições diretas, livres, democráticas. A ARENA hoje inseriu em seu programa a eleição direta para governos dos Estados, portanto, eu acho que não devemos, Sr. Deputado, nem perder tempo com um Senador que infelizmente tem, por parte da imprensa nacional, uma cobertura das maiores porque realmente é um homem que representa a antítese de tudo que se pode chamar de democracia.

Aceite, Sr. Deputado, a nossa solidariedade, porque realmente nós não comungamos com o mau brasileiro “ave de mau agouro”, Senador Dinarte Marins.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de V.

Exa., mas, a nossa preocupação, a preocupação sobretudo do povo brasileiro não reside apenas na questão desse vôo da ave que V. Exa. chama de mau agouro, é que a preocupação ainda é maior quando o maior líder do Governo Federal e atual Presidente da Câmara dos Deputados que é conhecido neste País como Professor doutrinador do Direito Constitucional, Célio Borja, vem se incorporar à tese desse Senador. Não se trata apenas de perder tempo com um Senador, mas trata-se também de estranhar a posição, não só doutrinária como do Partido que já

começa a ter delineio contrário à sua própria programação, desde que os seus mais autorizados homens como Célio Borja, como Petrônio Portela e quem sabe muitos outros que ainda não se arvoraram de defender esta tese tão estranha ao nosso regime, tão estranha às aspirações do povo brasileiro, e esta preocupação não é... — (É interrompido).

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Fidelcino, creio que V. Exa. foi muito feliz ao tratar deste assunto na tarde de hoje. Realmente esta Assembléia não poderia manter silêncio diante de tamanha gravidade. O que é paradoxal é que a classe política deste País, composta na sua média por homens inteligentes e bem intencionados, tenha que, vez por outra, que se preocupar com homens despreparados, complexados, rancorosos e rançosos, como o Senador Dinarte Marins. Disseste ele apenas por ele e nenhuma importância haveria, mas o que é mais grave, Deputado Fidelcino Tolentino, é que se constata, é que realmente se poderia dizer um sinal dos tempos onde homens inteligentes ou capazes e preparados, são silenciados e permitem que se fale, mas que se fale, permite-se até que se afiance o pensamento do Governo, homens da estampa, digo, estirpe moral e intelectual como o Dinarte Marins enquanto homens como Celso Furtado são silenciados e até expulsos do País, permite-se que Dinarte Marins forme correntes de opinião e anuncie decisões do Governo. Sabemos que não fala só por ele, quando fala por ele tem força e impõe decisão, ou tem força de decisão, isto é que é o mais grave, o mais triste, mas nada podemos fazer contra homens que têm sido até prestigiados pelo sistema, haja visto que foi até 1º Secretário do Senado Federal, mas nada podemos fazer senão lamentar até a sua existência como político. Nada podemos fazer senão lamentar a influência que possui um homem desta natureza.

Podemos, nesta hora, fazer apenas uma sugestão, e nós sabemos que existem, na bancada da Arena, homens inteligentes e valorosos da estirpe daquele homem que é Teotônio Vilela, grande brasileiro, nós poderíamos apenas sugerir que os Deputados da Arena do Paraná, pela valorização de sua bancada, pela valorização do seu Partido e pela valorização do nosso Estado, propusessem até a expulsão do Sr. Dinarte Marins do seu Partido, por ato de infidelidade partidária, desde que domingo passado a Arena aprovou um programa em que se prevê a luta pelo estado de direito e se afirma a sua posição favorável à eleição direta para Governador. Não se pode entender que uma semana depois, esta mesma agremiação venha a propor e pretender iniciar movimento para extinguir a eleição direta para Governador do Estado. Eu sei que nós encontraremos dentro da bancada da Arena, nesta Assembléia, homens corajosos e capazes de tamanha atitude.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Antes de conceder o aparte de V. Exa. queria agradecer ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo que abrilhantou nossa posição com seu pronunciamento e com muito gosto confiro a V. Exa. este aparte porque V. Exa. procede do mesmo Estado que Dinarte Marins.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Exatamente, nobre Deputado.

Por isso mesmo não poderia silenciar diante desta crítica que faz V. Exa. mas para nos solidarizar acrescentando que, que dizer de um Senador representante do seu Estado, que também é o meu Estado, o Estado do Rio Grande do Norte, já que lá nasci, mas que me considero filho adotivo do Estado do Paraná.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Como eu também o sou.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — ... porque aqui vivo acerca de 21 anos e aqui nasceram os meus filhos e pelo meu Estado do Paraná eu luto, mas não posso me declarar inteiramen-

te desvinculado do Nordeste Brasileiro, porque lá estão meus parentes, lá estão meus familiares. Envergonho-me, nobre Deputado, quando vejo, no "O Estado de São Paulo" afirmativas do Senador Dinarte Marins.

Se alguém porventura que não me conhecesse, fizesse referências desairosas ao meu Estado, o Rio Grande do Norte, eu lhe agradecia, talvez se tivesse a coragem de dizer "nasci no Rio Grande do Norte". Tal a minha repulsa, tal a minha indignação em face dos conceitos emitidos neste instante.

Mas o que dizer de Dinarte Marins, se é o Senador que investe contra o regime federativo. Que dizer de Dinarte Marins que é o Senador que investe contra o programa de seu partido recentemente aprovado em convenção. Nobre Deputado, será que isso não importa em corrupção? Que conceito poderemos ter deste Senador que no Senado da República defendia o ex-Senador Wilson Campos? Mas pleiteava aos ouvidos dos seus companheiros a sua condenação para ver valer o Ato Institucional nº 5. Que dizer deste então Senador se não, que ele envergonha o meu Estado do Rio Grande do Norte, porque eu como riograndense do norte, representando o Estado do Paraná nesta augusta Assembléia, solidarizo-me com V. Exa. e com os deputados que o apartearam, para dizer que é repugnante a atitude política do Senador Dinarte Marins. Era o aparte.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de S.

Exa. que não é senão, o testemunho, de que, evidentemente, a posição hilariante e esclerosada deste Senador contraria a própria doutrina do seu partido. Eis que, está consignado nos seus estatutos, a via das eleições indiretas. E aliás, me lembrando de dois pontos paralelos dos sistemas ou do regime democrático, um, esposado por Jaques Maritain, que tem o poder como meio de dar ao povo, o melhor tratamento à busca da realização das suas maiorias. O encontro com o estado de direito, o estabelecimento das garantias individuais e outros, o esposado por Maquiavel, que busca o mesmo regime, e através deste regime, busca o poder como fim.

E me parece, que o ponto de encontro com a idéia deste Senador, seria aquela idéia que Maquiavel sempre defendeu, de ter o poder como fim único, isso seria condenável. Mas é estranhável e eu enfatizo mais uma vez, quando vem um ex-Presidente da ARENA, Petrônio Portela, egresso do partido que hoje ele condena, extinto pelo Ato Constitucional, em 1965, o Partido Trabalhista Brasileiro. Como outros que de lá vieram, mas que souberam honrar, mesmo estando no partido que hoje se defronta, com a sua doutrina, a doutrina do MDB, lá está honrando, porque reconhece, no voto direto, no sufrágio universal, o meio adequado de se buscar o poder, mas como meio de se chegar à felicidade do povo, para o bem comum, para satisfação das maiorias, para se ter garantias, para se buscar, do modo mais amplo, o regime democrático.

Disse bem V. Exa. nobre Deputado Waldenício Barbalho, que esse Senador, nas caladas dos corredores sombrios, longínquos, do Senador da República, propalava a idéia de que Wilson Campos não devesse ser caçado pelo Senado, para poder perpetuar a legislação excepcional e exdrúxula que já deveria ter saído, de se extirpar o regime democrático, que se propala ser democrático.

Entendo que o próprio partido do Governo, manifestado por várias opiniões divergentes, inclusive do professor de Direito da Guanabara, do próprio Senador Petrônio Portela, como disse muito bem o Deputado pelo Rio Grande do Sul, hoje Secretário do partido arenista, Markesan, estranhando a posição daqueles políticos da esfera federal.

Congratulo-me, por outro lado, em saber que, aqui no Paraná, o pensamento do partido situacionista não é outro o seu pensamento, não é outra a sua posição, senão defender a liberdade individual, o voto direto e secreto, as garantias instituídas pela doutrina do regime democrático.

Quero deixar aqui meu voto de estranheza, de repúdio, a estes que cantam loas, como diziam os antigos portugueses que "cantam os cantos do além Tejo". E estes que cantam os cantos verdadeiros de um regime que está por falir.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA;

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, devidamente apoiado, constante do expediente. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, devidamente apoiado, constante do Expediente. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem). Sr. Presidente, antes de ser discutida e votada a matéria constante da Ordem do Dia, como anexo da Ordem do Dia, figura a pauta de projetos que nela deverão permanecer por três sessões consecutivas, para atender a disposição expressa no Regimento Interno constante do artigo 87 e seu parágrafo.

Gostaria, Sr. Presidente, de comunicar à Mesa que está em pauta hoje, em sua primeira sessão, o Projeto de Lei nº 26/75, que mereceu parecer contrário da CCJ, da CF, e no mérito da Comissão de Instrução Pública.

Segundo prescreve a Constituição Federal, artigo 58, § 2º, e no que repete a Constituição do Estado, no artigo 30, § 2º, o parecer contrário quanto ao mérito importa na rejeição tácita do Projeto.

Desta forma, Sr. Presidente, não me parece que possa constar da pauta esse projeto.

Esta a questão de ordem que proponho a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, respondendo a questão de ordem do nobre Deputado, evidentemente que sob o aspecto legal, procede a questão de ordem. Há, entretanto, uma praxe na nossa Assembléia, onde todas as proposições e projetos de lei vêm ao plenário, mesmo com parecer contrário. Não me lembro, nesses 20 e tantos anos em que estou na Assembléia, de ter sido negado ao Deputado o direito de ter sua proposição apreciada pelo plenário. Entretanto, se insistir V. Exa. e se a Casa conceder, não vejo razão para colocarmos em votação.

O SR. ACCIOLY NETO — Não me rebelo, absolutamente, contra a praxe. Apenas entendo que ainda que prevaleça o costume, sobre o costume sempre prevalecerá a norma escrita e no caso a norma é constitucional e não pode ser esquecida.

O SR. PRESIDENTE — Desde o momento em que V. Exa. levantou a questão de ordem, não cabe à Mesa outro caminho senão seguir o preceito legal, e, nestas condições, determino ao serviço competente da Casa, que tire da pauta o Projeto de lei e o considere como rejeitado, para ser futuramente arquivado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). Sr. Presidente, evidentemente que do ponto de vista constitucional assiste inteira razão ao Deputado Accioly Neto. Todavia, a Comissão de Constituição e Justiça é uma parcela desta Casa e desde que os projetos encaminhados são rejeitados pela Comissão...

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, solicito que V. Exa. me assegure a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, pela ordem, o Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — entendo que os projetos que passam pela Mesa e com apoio do plenário — e é o caso de muitos deles que estão tramitando e têm parecer contrário — devem vir à apreciação da Casa.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência respondendo a questão de ordem do Deputado Fidelcino Tolentino esclarece que a Constituição é expressa, fala quanto ao mérito dos projetos de lei. Quando o mérito é rejeitado pelas Comissões Técnicas, automaticamente é tido como rejeitado. Não quanto ao aspecto constitucional, mas quanto ao mérito, é o que reza a Constituição. Esta Presidência, pessoalmente, não tem a mesma opinião, mas está expresso na Constituição. Nestas condições não tem a Mesa como escapar, desde que foi levantada questão de ordem com base no texto legal.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 58/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 195/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Instituto de Planejamento Econômico e Social, a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná, objetivando realização de estudos para o desenvolvimento de Atividades Agrícolas e Industriais Integradas. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 213/72, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública o Círculo de Trabalhadores Cristãos da Planta Capão Raso, com sede nesta Capital. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 75/75, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Loanda. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 60/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-proposição nº 138/75, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública com o município de Itaguapé, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia, do referido município. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 77/75, de autoria do Deputado Enéas Faria, que declara de utilidade pública, a Creche Perseverança, com sede e foro no município de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 61/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 141/75, que aprova Convênio nº 14/75, celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, objetivando a implantação de um Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes na cidade de Foz do Iguaçu. Parecer favorável da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio nº 14/75, celebrado em 08 de julho de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, objetivando a implantação de um Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes na cidade de Foz do Iguaçu.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente
a) NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 141/75

A Proposição nº 141/75, versa sobre o encaminhamento através da Mensagem Governamental nº 45/75, a esta Assembléia Legislativa, de cópia do Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, e o Estado do Paraná, através da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, objetivando a implantação de um Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes na cidade de Foz do Iguaçu.

Sendo de competência do Senhor Governador do Estado a celebração de convênios, ad-referendum desta Assembléia, conforme preceitua o Art. 47, inciso IX, da Constituição do Estado, e verificando-se que os objetivos do mesmo vêm de encontro aos interesses da população daquela cidade, a qual será beneficiada com a sua execução, temos a nos manifestar pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 23 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente
a) NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 76/75, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que declara de Utilidade Pública, o Sindicato Rural da cidade de Guaraniaçu. Parecer favorável da C.C.J. — **APROVADO.**

PROJETO DE LEI Nº 76/75 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade Pública, o Sindicato Rural da cidade de Guaraniaçu.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA.—

Os Estatutos do Sindicato Rural de Guaraniaçu, que anexamos ao presente, fundamentam e esclarecem as finalidades e a atuação do mesmo, as quais preenchem os requisitos exigidos pela Legislação Federal e Estadual que regem a matéria.

A atividade que o referido Sindicato vem desenvolvendo no meio rural do município de Guaraniaçu, justificam plenamente a nossa pretensão em torná-lo de utilidade pública.

Isto posto, temos a certeza de que o presente Projeto de Lei merecerá o apoio dos nobres pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 76/75 PARECER:

Trata o projeto de lei, de autoria do eminente Deputado Fidelcino Tolentino, de UTILIDADE PÚBLICA, o Sindicato Rural da Cidade de Guaraniaçu.

A iniciativa está proposta na conformidade da Lei, atendendo as regras que regem a matéria.

A entidade se enquadra nas normas exigidas para lograr o objetivo da proposição.

Sendo assim, somos pela sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 03 de setembro de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente
a) ENÉAS FARIA — Relator.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 4º aniversário de fundação do jornal "Correio

do Povo", da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, reivindicando a construção de grupo escolar em Nova Concordia.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, visando a construção de novo prédio para a Delegacia e Cadeia Pública de Toledo.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, no sentido de seja observado e cumprido os termos da Portaria n.46, de 27 de janeiro de 1971, da SUDEPE, que objetiva proteção da fauna aquática nos cursos de água alterados por barragens, solicita ainda, a transcrição nos Anais da Casa da referida Portaria.— APROVADO. (A portaria a ser transcrita acha-se contida no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Administração, no sentido de que informe o Sr. Secretário sobre a construção do ginásio Amâncio Moro, no município de Corbélia.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que determine a instalação de um Departamento Médico Legal, um Departamento de Polícia Técnica e outro de Identificação, na cidade de Fóz do Iguaçu.— APROVADO.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.44/75. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Apoloni, ocorrido no município de Goioerê.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Carvalho, ocorrido em União da Vitória.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura e à FUNDEPAR, no sentido de que seja construída uma cancha de esportes no Grupo Escolar "Olavo Bilac" situado no distrito de Sarandi, município de Marialva.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, reivindicando material necessário para construção de uma ponte sobre o Rio São Francisco. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Governador do Estado, para inclusão no plano rodoviário, a construção de estrada e ponte sobre o rio Paranapanema, em convênio com o governo de S. Paulo.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de encarecer-lhe da necessidade da instalação de postos de Saúde no distrito de Palmitópolis, município de Nova Aurora.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Jacomiti, ex-funcionário desta Casa. APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 2, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.60/75 e de Lei n.77/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de RESOLUÇÃO 61/75 e de Lei 76/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei 5/75 e de Resolução n.62/75.

marcando outra sessão para sexta-feira, dia 3, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs: 104/74, 135/74, 37/75, 78/75 e 86/75.

Levanta-se a sessão.